

XXX

SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CIÊNCIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CAMINHOS PRESENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS"



O CONFLITO ENTRE A RESPONSABILIDADE ESTATAL E O CUIDADO DA PESSOA IDOSA COM DEFICIÊNCIA

Daniela Ivana Aimi¹

Solange Beatriz Billig Garces²

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

O envelhecimento das pessoas com deficiência é uma realidade no Brasil e no mundo. Segundo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022, há dados reveladores, apontando 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o que representa 7,3% da população total, sendo a região norte do país o local com maior percentual de PCDs em relação à média nacional. Outro dado que precisa-se levar em conta é o aumento expressivo na qualidade de vida, especialmente em locais mais desenvolvidos. Diante dessa realidade, este artigo se propõe a refletir sobre a interferência do poder público, especialmente na esfera educacional e a relação com o papel familiar através do problema: como as políticas públicas podem intervir de forma eficaz para complementar, e não substituir, o papel familiar no cuidado e desenvolvimento ao longo da vida, garantindo que a responsabilidade seja um esforço compartilhado que promova a autonomia e a qualidade de vida da pessoa que envelhece? Diante desse desafio, o objetivo é promover a autonomia e a qualidade de vida de pessoas com deficiência que envelhecem, por meio da implementação de um modelo de cuidado compartilhado, digno e inclusivo. Nesta escrita utiliza-se a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, com foco em artigos publicados no Google Acadêmico, Scielo e Revista APAE entre os anos 2020-2025, sendo utilizado o descritor: envelhecimento das pessoas com deficiência e selecionados diversos pontos de vistas de autores diferentes. Percebeu-se que o envelhecimento das pessoas atípicas é semelhante ao público típico, com perdas diversas, embora num nível mais complexo, necessitando de estímulos e cuidados especiais. Numa retrospectiva não muito distante, nota-se que a pessoa idosa e com deficiência não participava da sociedade, estava excluída. Hoje, sua presença é frequente e sempre estimulada, tanto pelas famílias como pelas políticas públicas. As escolas especializadas desempenham um papel fundamental na garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. Elas não são apenas uma opção, mas uma resposta importante e eficaz às necessidades educativas específicas de uma parte importante da população. Por isso, a luta contra o preconceito e a discriminação é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária, e isso é dever de todos.

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Bolsista Capes – Modalidade I. Email: danielaaimi079@gmail.com

²Professora Titular II da Universidade de Cruz Alta, Docente Permanente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ, líder do grupo de Pesquisa Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano - GIEEH, Coordenadora da UNATI - Universidade Aberta à Terceira Idade da UNICRUZ.